



José Cardoso Pires ao NT

«O escritor tem de ser um animal incómodo»

■ Entrevista de EDUARDA FERREIRA (texto) e MARGARIDA NUNES (fotos)

«NOTÍCIAS DA TARDE» — Afirma recentemente, e já deixou isso escrito em «O delírio», que numa próxima vez optaria por um herói positivo, que num outro projecto havia de procurar formas de alegria. É uma necessidade maior depois de «A balada da praia dos cães» ou só o desejo de uma expressão diferente?

JOSÉ CARDOSO PIRES — Nunca tinha pensado nisso, assim. Se quer que lhe diga, há certas questões literárias de fundo que me irritam sempre...

NT — Esta é uma delas?

JCP — Não, já que a pergunta foi outra. Mas a questão dos heróis positivos e negativos é um vício comodista. Tudo depende das cargas de cada personagem e da interpretação subjectiva do leitor. Para mim, D. Quixote é uma figura altamente positiva porque tem o grão de loucura necessário ao herói.

NT — Não fale em definições literárias. Foi você quem falou na hipótese de mudar de tom. Os seus livros de ficção transportam a ideia de imobilismo, de perversão e o peso de um sentimento necrófilo. Vai manter esse tom?

JCP — Eu gostaria sempre de fazer um livro que acabasse em alegria, a alegria de várias maneiras. Até poderia ser aquela mais discreta. Que eu me lembre, a única coisa que resultou em alegria foi um conto incluído em «O burro em pé». Em «A balada da praia dos cães» não há alegria nenhuma, é um livro com o retrato da morte e do medo, tirado assim intencionalmente. Não sei o que irá ser o próximo. Mas quando acabo um livro, isso é verdade, acabo sempre com esse problema: «Lá vou eu dar mais um dose de morte às pessoas!» A verdade é que dificilmente sinto uma carga de esperança. O português adia-se por isso mesmo, vive o dia-a-dia, não projecta, nenhum de nós tem projectos a não ser aqueles com o quadro da ambição, que têm um grático e lá inscrevem as suas intenções. Quanto ao tom dos meus livros, sei que isso é condenado...

■ «CRÍTICAS JÁ VÊM DE LONGE»

NT — São assim tantas as críticas?

JCP — Já vem de longe! Então, em termos de herói positivo... Afinal de contas, o povo não aparece como força renovadora, mas como vítima. As minhas personagens femininas são as menos corruptas mas também não têm um grito de revolta... É verdade quando se diz que com boas acções se escrevem maus livros. Por outro lado, o escritor trabalha associações a diversos níveis, de memória, de inconsciente. E se ele não tiver a ansia da perfeição, não vale a pena escrever. Como não vale a pena sentar-se à frente de uma folha de papel branco para escrever o que já está escrito. É por isso também que um bom escritor nunca pode ser um escritor oficial, que bata as palmas. Ele tem de ser sempre um animal incómodo, um alarme junto de alguns milhares de cidadãos.

NT — O escritor será então alguém de vanguarda que alerte sobre o que não é ideal no presente?

JCP — Não concordo com a palavra vanguarda. Mas uma das funções do criador literário será a de assumir o remorso de um país. É o tal desejo da perfeição. A crítica que ele exerce a níveis indirectos, no plano psicológico, parece-me muito importante. Hemingway, por exemplo, em «Por quem os sinos dobram», fez o retrato de alguns políticos da Internacional acusando-os de tudo. Passados 20 anos veio a verificar-se que era mesmo assim. A política não se tinha apercebido, não tinha o nó do ficcionista. A atribuição do ficcionista é muito mais livre, mais modesta: ele assume que

pode falhar. Os seus meios são pobres, mas tudo joga com instintos.

NT — Será esse sentido profético do ficcionista também que o favorece quando ele descreve o comportamento das personagens, conhecedor do percurso delas, do seu destino?

JCP — Esse é um papel fundamental do escritor. Ele não deve apenas corromper a língua mas também a sintaxe oficial.

NT — E contribuir para a fixação das linguagens que vão sendo criadas, não?

JCP — Registrando-as, pelo menos. E é também por isso que o escritor é o tal animal



incómodo, jamais oficializável, embora os totalitarismos tenham sonhado com isso.

■ «BICHOS» COMO PERSONAGENS

NT — Você escolhe sempre como personagens dos seus livros alguns bichos: lagartixas, lagartos e cães. Imóveis, perversos, a presença deles parece obsessiva. São símbolos?

JCP — Há os ratos, também, na «Balada». Mas sempre que me fazem essa pergunta vejo-me dilto para responder. Há realmente um bocado de simbolismo nisso.

NT — Um símbolo menor? Você chega a dizer «as lagartixas são para mim o tempo português da História» e também que «Portugal é um país de cães»...

JCP — O comportamento dos cães é extremamente linear e carrega simbolismos primários. Este animal assume os defeitos do dono com a maior facilidade. O lagarto é a companhia mais solitária que alguém pode escolher: não é domesticável, não tem relação com o dono. São contrapontos que escolhi para sublinhar o lado primitivo do convívio do homem.

NT — Em «A balada da praia dos cães» as personagens tornam-se perversas e cúmplices...

JCP — O «Elias», talvez. Mas não há uma perversão definida, intencional.

NT — Muitas coisas escapam ao autor?

JCP — Felizmente. É bom sinal.

NT — «A balada da praia dos cães» teve três versões, sinal de que foi muito pensado...

JCP — Este livro trazia-me um problema moral. Partia de um acontecimento concreto, cuja verdade essencial eu não queria deixar de dar.

NT — Os intervenientes ainda estão vivos. Foi esse o problema moral?

JCP — Só conheci um deles, de quem sou amigo. E não quis conhecer os outros porque queria liberdade. Agora, sim, teria interesse em conhecê-los. Antes, seria uma limitação. Uma das personagens, a «Mena», sei que não tem rigorosamente nada a ver com a personagem que criei. O problema moral que se me punha era grave: tratava-se de uma tragédia sobre a qual eu não tinha uma atitude condenatória. As pessoas tinham cumprido penas de prisão, tinham

«Agrada-me a recusa dos figurinos literários.»

encerrado um capítulo da sua vida. Era uma crueldade abri-lo outra vez. Ora, eu punha uma extrema bom-fé na situação. Até porque quem matou fomos nós todos, a cobardia colectiva.

NT — Disse que se distanciava na criação de uma das personagens...

JCP — De todas elas...

NT — O que há de comum entre «Mena» e Ana Caglio, testemunha do processo de Wilma Montesi e sobre quem você, já no «Delírio», vai buscar esta observação: «Ana Caglio não parecia como ela própria, mas como alguém que interpretava o papel dela?»

JCP — Nunca me ocorreu qualquer relação. Mas, aí, o que há de comum é o comportamento típico do criminoso quando se vê face à justiça. O caso de Wilma Montesi acompanhei-o na altura fazendo uma reportagem com base em jornais estrangeiros. Nunca mais me lembrei disso. Mas esse comportamento acontece muito nas reconstituições de crime. Eu assisti a duas ou três e é espantoso como as pessoas

A pequena estatura facilita-lhe os gestos irrequietos. Aliás, em José Cardoso Pires vê-se que prescinde da calma como de uma coisa supérflua. Um olhar matreiro: talvez seja essa a intensidade que o habilita a escrever sobre pessoas e factos, a ver o imaginário. Fuma cigarros extralongos do estrangeiro, tosse de vez em quando até quase perder o fôlego. Queimou as pestanas a escrever romances, ensaios, peças de teatro e contos. Com uma vida literária de 37 anos, José Cardoso Pires acabou em Novembro passado com a oportunidade de os prósperos círculos do disse-que-disse o colocarem na prateleira dos ficcionistas acabados. «A balada da praia dos cães» é uma obra acabada, assim considerou o júri de críticos que recentemente lhe atribuiu o maior prémio instituído em Portugal e o campo dos leitores que se tem alargado, esgotando edições.

relatam os factos e dão indicações precisas de como procederem. Isso tem a ver com o arrumar de um capítulo para que nada fique em suspenso. É como falar de uma segunda pessoa. Tudo se mecaniza. É uma defesa instintiva de distanciamento, de anulação da sua própria culpabilidade.

NT — Com o leitor dar-se-á o processo inverso, cria o leitor a culpabilidade com as personagens...

JCP — Isso é outra coisa! «A balada» tem muito da construção dos livros policiais, de que sou um péssimo leitor. Mas o andamento do livro tinha que ser esse. De resto, estou convencido de que há sempre qualquer coisa de policial no repórter ou no romancista. O sonho de um indivíduo que está a contar uma história é descobrir coisas. Às vezes está a descobrir-se a ele mesmo, mas isso já é outra questão.

■ CARACTERIZAÇÃO DE PERSONAGENS

NT — Até que ponto é que inclui facetas da sua personalidade na caracterização de personagens?

JCP — Ah, isso nunca se sabe!

NT — É um risco?

JCP — E. Quando se está a escrever, vêm todas as cargas de memória, as associações. Há escritores que vão para figuras muito definidas. Mas por vezes elas fogem-nos, não querem nada com a gente. A gente quer agarrá-las e elas fogem para outro lado.

NT — Culpa das personagens? Não será por defeito inicial da sua criação?

JCP — É evidente. Mas as personagens ganham excepcional autonomia. Duvido que alguém tenha acabado uma história da maneira como a planeava ao princípio.

NT — Mais um ponto de contacto entre a ficção e a realidade?

JCP — Há muito disso... Qual é o destino das personagens? A gente não sabe. A não ser quando as mata todas...

NT — Angústina Bessa Luís disse uma vez que, quando não gosta de uma personagem, a mata, pura e simplesmente...

JCP — Quando não gosta, mata? Essa é uma boa solução!

NT — A linguagem utilizada: foi anotando expressões, modos de falar?

■ UMA «CERTA LITERATURA»

NT — Não o acusam e si de fazer uma «literatura à whisky»?

JCP — Quando trabalho não bebo...

NT — Mas o «whisky» é um elemento sempre presente nos seus livros...

JCP — É porque eu só bebo «whisky» e vinho tinto...

NT — Mas voltando às maneiras de falar das personagens...

JCP — A vivacidade da linguagem vem do facto de o lisboeta ser muito vivo. Só a falar. E ladino, tem imaginação e é rancoroso no humor.

NT — Uma capacidade para fazer sátira?

JCP — Muito pouca. É só rancoroso na expressão imediata. É bom no mau perder.

NT — Recebeu recentemente um prémio decidido por críticos. O que pensa da crítica a livros que se faz?

JCP — Em Portugal, a crítica, aquilo que é trazer o livro ao público, começou há muito poucos anos, com o João Gaspar Simões. Para mim, a crítica não é uma sentença, mas uma leitura. Entre nós, ela tem tido fases felizes e fases desgraçadas. E, isto, porque ela corresponde muito ao papel que o livro desempenha na sociedade. Hoje em dia, o livro é um produto de consumo sem os prestígios culturais que tinha. O prestígio do supermercado vai para o disco e o do grande mercado para a pintura. O livro é o parente pobre. Sou contra o miserabilismo, contra a tendência do escritor para se

«Temos ficcionistas em Portugal que nem a Inglaterra, nem a França, nem a Espanha têm. E é por ignorância, maldade ou recalçamento que os responsáveis pela Cultura portuguesa não são capazes de dar resposta a isto.»

lamentar, mas há que reconhecer que o livro já teve um papel mais importante na sociedade. E isso veio-se pela proliferação dos suplementos literários, mesmo nos jornais de província. Nos últimos anos da ditadura, já a sociedade estava em transição e a crítica desempenhou um papel universalitário. Foi mais uma oportunidade para o francismo que mata este país, foi o espantoso de coisas como os métodos de análise de estruturas, uma pseudociência. Resultado: as pessoas que mais batalharam nisso, hoje, estão caladinhas como ratos. A crítica que foi feita não era propriamente hermética, mas fazia sistematizações.

NT — Isso tinha reflexos na criação literária?

JCP — É possível. Num ensaio notável que li, afirma-se que em certos países houve uma época em que escritores escreviam para a crítica...

NT — E agora, cá?

JCP — Houve um facto muito importante vindo desse tempo inicial da crítica: criou-se o precedente de haver a presença nos jornais. Os suplementos literários estão a crescer de novo e até com melhor qualidade. A extração cultural do jornalista deu uma grande volta e a vida cultural também é mais rica.

NT — E os livros que têm saído?

JCP — Com a provocação que eu vou dizer isto, deveria ser publicado em corpo 16 ou 24, pelo menos: em Portugal temos ficcionistas que nem a Inglaterra, nem a França nem a Espanha têm, tão-pouco de longe. E é por ignorância, maldade e recalçamento que os responsáveis pela cultura portuguesa não são capazes de dar resposta a isto.

NT — Dizem que o nosso país é de poetas...

JCP — A nossa poesia é de qualidade excepcional. Mas estamos agora com uma grande qualidade de ficção.

NT — Não quer citar nomes de autores?

JCP — Não posso correr o risco de me

escaparem nomes como o da Lídia Jorge, da Maria Velho da Costa, do José Saramago e outros mais recentes, como o João de Melo, o Mário Carvalho. O tipo de criação que se está a fazer no romance e na novela não é macaqueação do que se faz lá fora.

NT — Uma acusação frequente à literatura portuguesa, partilhada pelo cinema, é a de ser demasiado intimista. Seria o obstáculo à adesão do público e à divulgação lá fora?

JCP — O que agrada no que se está a escrever é o repúdio dos figurinos. Pode haver, e houve, a tentação de anular a acção. É uma experiência que tem sido feita com certa persistência, não sei se bem lograda ou não. Mas a verdade é esta: compram-se best-sellers estrangeiros e não se vê manejar neles o tempo e o espaço, usar a língua de forma imaginativa. O lamentável é que se gaste dinheiro com

produtos de terceira ordem como os festivais da canção, negociações miseráveis que não têm prestígio nenhum lá fora.

NT — Assumem então as entidades oficiais por desprotecção?

JCP — A desprotecção principal não vem do Ministério da Cultura. Este ainda faz umas coisas, o Instituto Português do Livro tem feito muitas. O grande inimigo do escritor, o meu grande inimigo é o Ministério da Educação, é o ensino. Já no tempo de Salazar era. Deixou de ser e depois voltou com o senhor Vítor Crespo que foi um censor.

NT — Refere-se ao ensino da literatura e da língua portuguesa ou também ao envolvimento cultural nas escolas?

JCP — A gravidade da situação teve como apogeu o Ministério de Vítor Crespo. Tratou-se de enfraquecer cada vez mais a imagem do escritor vivo, arredá-lo da comunidade cultural, tirá-lo da realidade quotidiana. Se se quer ensinar Português, que se pessoas gostem do Português, tem que se começar pelos vivos. Antigamente, na Universidade, a tendência era para ressuscitar os escritores mortos e matar os escritores vivos. Com isto, cumprira-se a cultura da maneira mais fácil. Foi, durante anos e anos, a desmolição mais insidiosa e autoritária em relação ao escritor vivo. Depois, foi o papel superspicioso e rancoroso da televisão. De há uns meses para cá tem havido mudança de atitude. Mesmo a informação está a prestar maior atenção à cultura. Durante um tempo as pessoas pensaram quase só em política. Esta crise de fixação também atravessou a literatura. Não havia calma suficiente. Agora, que lentamente nos estamos a descobrir, há sinais de que se pode recuperar. Mas é preciso que as entidades oficiais tenham em conta o que é a indústria do livro, a difusão no mercado e o papel da cultura na sociedade. O público tem sido maltratado e arredado da leitura.